

PRÁXIS

Ano 1 - Nº1 - Março 2016

Revista do SINTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino no Estado de Santa Catarina

50 ANOS

Da ditadura à democracia,
a luta pela educação pública
de qualidade

ENCARTE

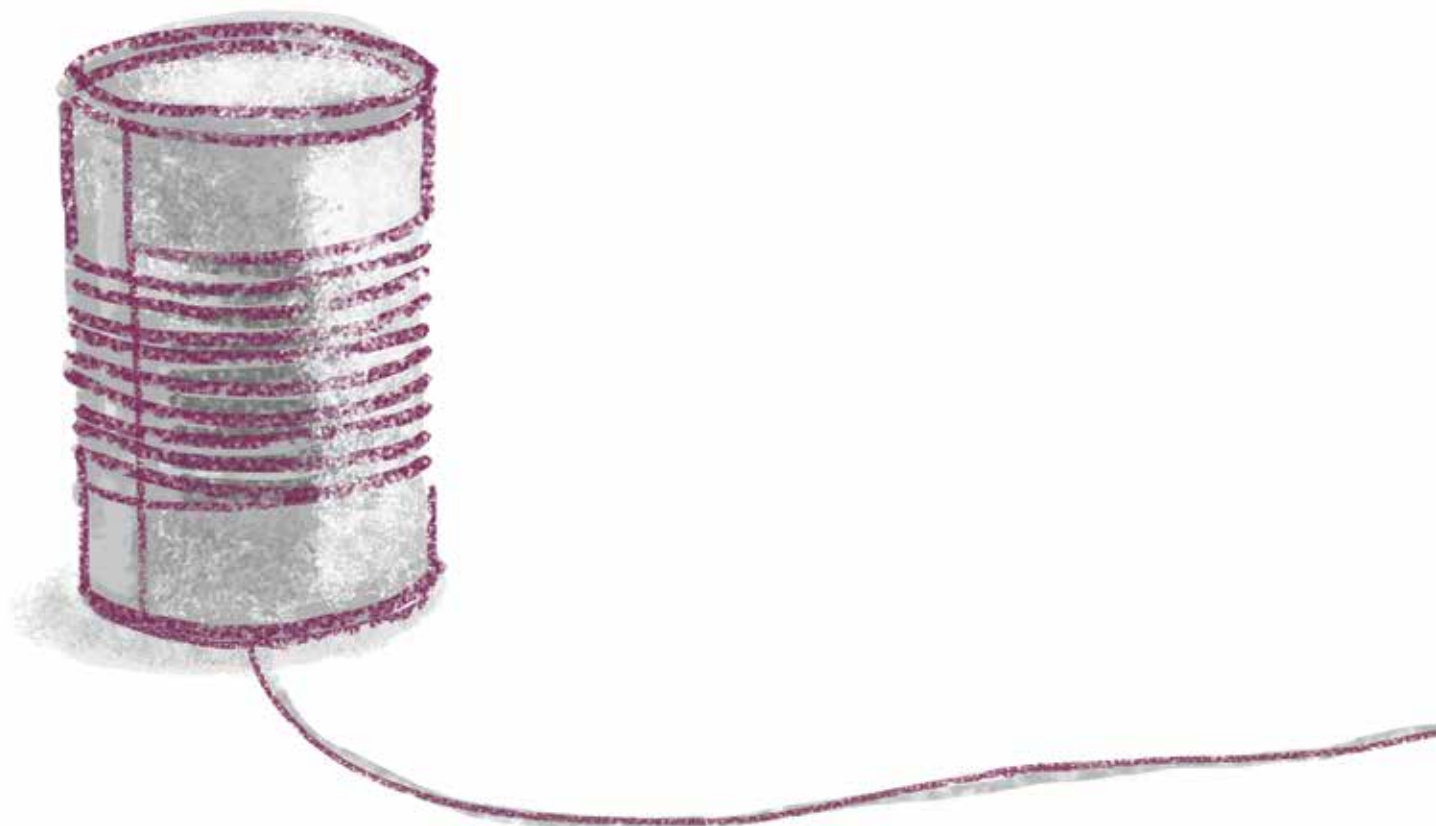
3º ENCONTRO ESTADUAL ÉTNICO-RACIAL

A inclusão de gênero, raça e
etnia no currículo escolar

ENTREVISTA

MINO CARTA, diretor de
Redação da Carta Capital,
solta o verbo contra a
"elite velhaca"





EXPEDIENTE

A **Revista Práxis** é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (**SINTE/SC**)
> Ano 1 – Número 1 – Março de 2016

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação Editorial

Claudete Mittmann (Secretária de Imprensa e Divulgação SINTE/SC)

Redação e Edição

Amilcar Oliveira (SC 00462 JP)

Revisão

A. A. Neto

Projeto gráfico e Diagramação:

Cristiane Cardoso (Entrelinha)

Ilustrações

Bruna Ferencz

Impressão: Gráfica Coan

Tiragem: 3.000

DIRETORIA EXECUTIVA – GESTÃO 2013/2016

Coordenador Estadual – Luiz Carlos Vieira

Vice-coordenador Estadual – Marcus Alexandre Sodré

Secretário Geral – Carlos Alberto Lopes Figueiredo

Secretário de Finanças – Sandro Luiz Cifuentes

Secretário de Formação Política e Sindical – Evandro Accadrolli

Secretária de Organização e Interior – Rosangela Barreiros

Secretária Adjunta de Organização – Oeste – Alveté Pasin Bedin

Secretária Adjunta de Organização – Planalto – Ilone Moriggi

Secretário Adjunto de Organização – Norte – Marcelo Batista Serafim dos Santos

Secretária Adjunta de Organização – Sul – Maria Aparecida de Farias

Secretário Adjunto de Organização – Vale – Cassiano Antonio Marafon

Secretária Adjunta de Organização - Grande Florianópolis – Anna Julia Rodrigues

Secretária dos Aposentados e Assuntos Previdenciários – Inês Leodete Fortes Pereira

Secretário de Políticas Sociais e de Gênero – Rubens Cristóvão Luvison

Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais – Aldoir José Kraemer

Secretária de Imprensa e Divulgação – Claudete Domingas Mittmann

Secretário de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas – Marcelo Speck da Rosa

Assessora de Imprensa - Graciela Fell



SINTE-SC
Ousar e lutar sempre



Editorial

Um primeiro passo em qualquer direção sempre causa inquietude e mesmo alguma apreensão. Com o primeiro número da Revista Práxis não é diferente. Ainda mais quando dirigida a um segmento com tanta responsabilidade quanto o de profissionais da educação, em um sindicato com a tradição combativa do SINTE/SC. Nesses tempos em que se alardeia tanto a morte do papel, resolvemos ir na contramão de algumas certezas, investindo em uma revista impressa em que a preocupação maior é estimular a leitura crítica, com cobertura de assuntos que coloquem contra a parede preconceitos e, por que não dizer?, a própria tradição arraigada, quase sempre produto da ausência de referenciais variados.

Claro que não descuidaremos das redes sociais. No portal do SINTE/SC (<http://sinte-sc.org.br/>), você terá acesso a áudios, imagens e mesmo

textos que não puderam ser incorporados na revista, pelos limites de espaço. Além de acompanhar a publicação, você nos ajudará com sugestões de pauta, opiniões, críticas. A cada número, um encarte tratará de um tema único, com imagens, entrevistas e reportagens. Desta vez, a inclusão das questões racial, de gênero e indígena nos currículos escolares foi objeto de nossa atenção.

Nesta primeira edição, a matéria principal enfoca as lutas históricas do SINTE/SC, desde a criação do sindicato até o momento atual. Você também encontrará artigos sobre a abordagem de gênero nos currículos escolares e preconceitos linguísticos e matérias sobre práticas pedagógicas inclusivas. A cereja do bolo são as duas entrevistas: o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, fala sobre os objeti-

Resolvemos ir na contramão de algumas certezas, com uma revista impressa em que a preocupação maior é estimular a leitura crítica

vos e conquistas da campanha. E o jornalista Mino Carta, diretor de redação da revista Carta Capital, ilumina as últimas páginas da revista com observações corajosas sobre o papel da mídia no País. Enfim, um excelente instrumento para leitura, análise e para uso em sala de aula.

A educação agradece!



• Sumário



5 | 50 anos de lutas



8 | Práticas pedagógicas em Joaçaba - SC



13 | ENCARTE: 3º Encontros de Relações Étnico-Raciais



28 | COMUNICAÇÃO: Mino Carta

10 | CAMPANHA: Daniel Cara

21 | ARTIGO: Gestão democrática

22 | ARTIGO: Cultura

24 | Segurança alimentar escolar

26 | ARTIGO: Gênero

Lições da história



Desde 1966, profissionais da educação em Santa Catarina se organizam e lutam pelos direitos da categoria; momento é de repensar estratégias

É preciso recontar a história mais e mais vezes, até que suas lições não sejam esquecidas. Nos estertores da ditadura, em meados dos anos 1980, os trabalhadores em educação no estado de Santa Catarina fizeram um movimento estratégico, que ainda hoje repercute na vida desses profissionais. A fundação do Sindicato dos Profissionais em Educação no Estado de Santa Catarina (SINTE/SC), em 1988, sucedeu em apenas três anos o final do regime militar, com a eleição do primeiro presidente civil, após 21 anos. E foi decisiva para que todos os profissionais vinculados à área da educação formassem uma frente única e suas lideranças pudessem bater à porta dos governantes tendo força de representação atrás de si.

Mas o movimento de organização de trabalhadores em educação começou bem antes, em 1966, dois anos após o golpe militar de 1964, com a criação da Associação dos Licenciados de Santa Catarina

(ALISC). Nesta primeira edição da Revista Práxis, entrevistamos seis dirigentes de diferentes períodos da história de organização dos trabalhadores da educação em Santa Catarina. São dirigentes que reúnem experiências que vêm do último ciclo da ALISC, passando pela criação do SINTE/SC, até os dias atuais, em que a democracia e a sucessão de governos eleitos não significaram necessariamente refresco para as lutas dos trabalhadores. Pelo contrário, principalmente em nível estadual. E isso por uma simples razão: o caráter da representação de classe desses governantes não mudou. Restam as representações progressistas nos parlamentos como trincheira para a categoria.

Greves

Nos primeiros tempos da ALISC havia limitações, já que só professores licenciados participavam da associação. Com o tempo, isso mudou. “Embora a ALISC tenha sido criada para defender os direitos

dos professores licenciados, até então contratados como desligados, já nos anos 1980 absorvia também a defesa dos direitos dos professores primários, normalistas, e dos temporários, hoje ACTs, bem como, paulatinamente, os direitos dos serventes, merendeiras, vigias e especialistas. Mesmo que professores primários e especialistas tivessem suas entidades específicas, boa parte deles era sócia também da ALISC”, recorda Ana Aquini, última presidente da ALISC, antes da transição que deu origem ao SINTE/SC, em 1988. Ana também presidiu o SINTE/SC entre os anos de 1996 e 1998.

Em 1980, com cerca de 800 filiados, a ALISC fez a primeira greve de uma entidade sindical no estado, a segunda da categoria no Brasil, durante o governo nomeado de Jorge Konder Bornhausen. “Vivíamos um momento especial, com o fim da ditadura e a discussão da democracia, salários deteriorados e condições



Campanha da categoria em Santa Catarina, em 1992

FOTOS: JAMES TAVARES/SINTE

de trabalho muito ruins”, lembra Elvio Prevedello, que coordenou a assembleia de Blumenau que levou à greve da categoria. “A delegação do oeste entrou no ginásio gritando ‘greve, greve’, aprovada por unanimidade”, diz. Em 1983, nova greve, desta vez no governo de Esperidião Amin. “Foi uma greve com muita punição, com polícia nas escolas, perseguição de lideranças. Mas arrancamos nela a possibilidade de

fazer um Plano Estadual de Educação”, lembra Joanhina de Oliveira, ex-presidente do sindicato (1989). No plano nacional, era o final do governo do presidente José Sarney, antessala das discussões sobre a Constituinte que levou à elaboração da Constituição Federal de 1988, com previsão de grandes avanços no âmbito da educação. Muitos, até hoje, não regulamentados, ou simplesmente não cumpridos.

Após a Constituinte de 1988, no cenário estadual, havia a movimentação em torno da elaboração da nova Constituição Estadual. “Tínhamos tido a experiência, no governo do Esperidião Amin – e o movimento da educação (com alunos, pais e professores) aproveitou muito bem, politicamente –, de elaboração do Plano Estadual de Educação, o famoso livrinho verde. Conquistamos o Plano de Carreira,

Da esquerda para a direita, Ana Aquini (1997), Ideli Salvatti (com o ex-governador Casildo Maldaner. 1990).



a hora-atividade, conselho escolar, eleição para diretor de escola, entre tantas outras coisas”, afirma Ideli Salvatti, presidente do período de transição de ALISC para o SINTE/SC e em mais duas oportunidades. O Plano Estadual, segundo Joaquina, merece um capítulo à parte. “Reunimos um milhão de pessoas, desde a escola, municípios, regionais e por fim estadual. Aprovamos o fim do avanço progressivo e eleições para diretores de escola. Esse mesmo plano foi rasgado e engavetado pelo governo do Pedro Ivo Campos, do PMDB.” Em 1987, durante 57 dias, a história registra um ato até hoje não igualado: a ALISC participou da primeira e única greve unificada dos servidores públicos do estado. “Emocionante, polêmica, e histórica”, diz Joaquina.

Ontem e hoje

O que mudou, na atualidade, em termos de motivação para a mobilização da categoria? “Na época se lutava para conquistar. Quanto mais se lutava, mais íamos conquistando. Hoje se luta para manter o que foi conquistado naquela época, é a luta de resistência”, arrisca Marta Vanelli, presidente do sindicato por duas gestões (1998-2004). Ela lamenta o fato de os professores que integram a base do sindicato hoje não compreenderem que os avanços obtidos no passado foram produto de muito esforço da categoria. “Nada foi dado por governos, tudo foi conquistado.”

Conquistas como Piso Salarial Profissional Nacional, diretrizes de Carreira no Conselho Nacional de Educação (CNE), obrigatoriedade da oferta, ampliando de seis para 14 anos de escolaridade obrigatória, o fato de a educação infantil ser considerada primeira etapa da educação, não mais assistência social, concurso para professores, entre outras, são consideradas grandes vitórias, produto de muita mobilização em todo o País. “Somos a primeira categoria profissional a conquistar um Piso Salarial, garantido na Constituição Federal”, lembra Marta. Outra conquista, considerada “extraordinária” por Ideli, é a garantia de 75% dos royalties do pré-sal para a educação e metade do dinheiro do fundo originário da exploração do petróleo para a educação. “Todo esse avanço, infelizmente, não foi acompanhado nos governos estaduais. Os governadores aprenderam a lidar com o forte movimento sindical dos trabalhadores na educação em todo o País. Foi assim em Santa Catarina. Aprenderam a desmobilizar, a enfraquecer. E tivemos também nesse período uma coisa muito séria. Chegamos até a lançar uma campanha, ‘Professor, profissão em extinção’ (veja foto), por conta da perda de reconhecimento dessa profissão. Infelizmente, isso se acentuou, e repercute na organização sindical, na qualidade da organização e das lideranças.”

Alvete Pasin Bedin, coordenadora

do sindicato entre os anos de 2010 e 2013, aponta o enfrentamento com o governador Luiz Henrique da Silveira como um dos períodos de grande dificuldade para os trabalhadores, em função da forte aliança política montada na época (a ponto de eleger o sucessor, Raimundo Colombo, em primeiro turno). “O trabalho de resistência e acúmulo do SINTE/SC e a conquista da constitucionalidade da Lei do Piso no Supremo Tribunal Federal (STF) permitiram a construção de um novo cenário de lutas para 2011. Diga-se de passagem, o pedido de inconstitucionalidade da lei havia sido feito pelo próprio governador Luiz Henrique da Silveira.” Apesar de construírem uma greve com grande apoio popular, e tendo forçado o governo a se comprometer em aplicar a Lei do Piso na Carreira, isso não foi feito, com o governo descumprindo vários acordos. Na época, a força política do SINTE/SC conseguiu barrar na Assembleia vários projetos que atentavam contra o interesse de uma educação de qualidade, a exemplo da municipalização do ensino fundamental, e a terceirização dos serviços públicos, como a merenda escolar.

Com o tempo, várias dessas conquistas foram derrubadas. A terceirização de serviços, como a gestão da merenda escolar, é um fato. O que leva o atual coordenador do SINTE/SC, Luiz Carlos Vieira, a fazer algumas comparações. “No final da





Campanha da categoria em Santa Catarina, em 1993



FOTOS: JAMES TAVARES/SINTE

década de 1990, as principais dificuldades estavam ligadas à capacidade de mobilização da categoria, já que os governos estavam fortalecidos com as políticas neoliberais implementadas em escala global. Mas havia uma maior unidade da classe trabalhadora em torno das bandeiras reivindicadas. Hoje, apesar de vários países da América Latina estarem sendo dirigidos por lideranças que lutaram contra as propostas neoliberais da década de 1990, não conseguiram implementar uma política que garanta uma mudança profunda na qualidade de

vida da classe trabalhadora. Assim, a luta sindical está cada vez mais fragmentada, onde cada categoria reivindica questões específicas, abrindo mão das lutas mais gerais.” Os trabalhadores em educação continuam a se defrontar com problemas de décadas. Certas coisas demoram a mudar, apesar de todo o empenho das pessoas que se ocupam em educar as gerações que a cada momento ocupam as salas de aula. Não é difícil entender os motivos. Como os dirigentes sindicais reforçaram ao longo das entrevistas, nada foi concedido aos

profissionais da educação. Tudo foi conquistado com muita luta e sacrifício. Nada mudará por obra e graça da boa vontade de um governante ou de uma liderança. A cada profissional é demandada uma tarefa, de não desistir, de resistir, de encontrar alternativas às dificuldades do cotidiano. De acreditar que é na força do coletivo que está a chave para se encontrar soluções. É preciso acreditar nisso, e dessa crença fazer possível a ação transformadora. Talvez essa seja a lição mais importante desses 50 anos.



Da esquerda para a direita, Joaquina de Oliveira, Marta Vanelli, Alveté Pasin Bedin e Luiz Carlos Vieira.

Africanidades à flor da pele



Projeto que já dura 20 anos envolve comunidade escolar na Escola de Educação Básica Governador Celso Ramos, de Joaçaba

Em um tempo em que era quase um sonho políticas públicas voltadas para a população negra do País se tornarem realidade, três professores da rede pública estadual de Santa Catarina deram a largada em um projeto ousado na cidade de Joaçaba, no Meio Oeste. Josefina Silva Boscia, Sinclair Biazotti e Ancelmo de Oliveira viram uma grande oportunidade de intervenção pedagógica na observação das práticas de discriminação racial na Escola de Educação Básica Governador Celso Ramos. O ano era 1995. A marcha dos 300 anos de Zumbi contra o Racismo mobilizava milhares de pessoas em todo o País e culminou com uma grande manifestação em Brasília, no dia 20 de novembro daquele ano. Foi o tema da primeira versão do projeto Africanidades à Flor da Pele, que completou 20 anos em 2015.

“A região aqui é muito complicada. É muito preconceito, embora tudo muito camuflado. Mas era ‘negrinho fedido’, ‘negrinho de favela’, ‘o negrinho tá entrando pra sujar a

minha sala com os pés sujos’, tudo isso nós presenciamos”, lembra a matogrossense Josefina, que chegou a Joaçaba em 1992. Na época, Josefina era diretora da escola. Atualmente, é supervisora educacional e conselheira regional do SINTE/SC. “Na convivência diária, percebemos que a questão da discriminação não era trabalhada com os alunos.” Joaçaba é uma região com predominância de população branca (82%), principalmente descendentes de italianos e alemães. A população negra (17,5%) e indígena (menos de 0,5%) é minoria, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos primeiros momentos, ao detectarem um problema, os três autores da ideia reuniam professores, direção e funcionários da escola em uma sala, normalmente nos intervalos entre as aulas, no recreio ou na última aula e expunham o assunto. Os envolvidos na questão, pais, professores, alunos, funcionários, enfim, quem tivesse participado, era então

POPULAÇÃO JOAÇABA POR RAÇA

Índios 0,03%

Negros
17,5%

Branco
82,14%

FONTE: CENSO 2010, IBGE

levado para uma sala com a presença da supervisora e da orientadora escolar. “Tentávamos conscientizar sobre direitos e sobre deveres. Parece que naquela época surtia mais efeito, acho que é porque a gente era mais ousada”, diz Josefina.

Com o tempo, percebendo que tratar caso a caso não era suficiente, os professores passaram a pensar um projeto que se desenvolveria durante todo o ano. O projeto funciona assim até hoje. “Começamos a aprofundar nossos estudos, ampliando cada vez mais o projeto”, lembra a atual orientadora educacional Sinclair Biazotti. Partiram do zero, sem literatura a respeito, nem conteúdos nos livros didáticos, em uma época anterior às leis 10.639 e 11.645, ambas de 2003, que estabelecem a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo das escolas.

Recurso à arte

Com o crescimento do projeto e a falta de recursos didáticos, os



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

À esquerda, trabalhos desenvolvidos durante o ano são apresentados na praça central da cidade

Acima: Josefina, Ancelmo e Sinclair começaram tudo, lá atrás

trabalhos começaram a explorar principalmente o mundo da arte e dos jogos, sempre com temática africana e indígena. Os trabalhos eram multidisciplinares, serviam tanto às matemáticas quanto à física ou à linguagem. “Era um desafio pela composição étnica da região e pela forma como o preconceito havia sido incorporado pelos alunos, professores e funcionários”, observa Ancelmo de Oliveira, o único que já tinha se envolvido com a militância na questão racial, em Santa Maria (RS), onde nasceu e morou até vir para Santa Catarina, no início dos anos 1980. Na cidade gaúcha, Ancelmo havia montado um núcleo de atividades culturais voltado para questões da africanidade. Com formação em Filosofia, fez pesquisa na Comunidade Invernada dos Negros, em Campos Novos (SC), com trabalhos que renderam uma especialização e um mestrado. Há dois anos, deixou a escola em Joaçaba para trabalhar na Diretoria de Ensino Superior da Secretaria Estadual de Educação, em Florianópolis.

Como funciona o projeto

Durante todo o ano, atividades com foco na cultura africana são desenvolvidas pela comunidade da Escola de Educação Básica Governador Celso Ramos. As atividades envolvem jogos africanos, dança, música, vestuário, conhecimento de história das religiões, história da África, história dos africanos e dos negros no Brasil e conhecimento de atualidades da cultura negra no Brasil e na África. Pouco antes do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano são mostrados na escola e na Praça Adolfo Konder, ou Praça da Prefeitura, em Joaçaba, geralmente em um sábado pela manhã. O projeto Africanidades à Flor da Pele é iniciativa da escola, e conta com recursos próprios da comunidade escolar.

Aos poucos, as iniciativas de conscientização individual dos alunos, professores, pais e funcionários foram sendo incorporadas à programação anual e ao projeto político pedagógico da escola. “Os resultados não apareceram de imediato. Em primeira instância, focamos na comunidade escolar, apostando que uma nova concepção seria irradiada para a sociedade. Hoje, dentro da escola, a mudança de mentalidade é significativa, a ponto de os alunos antigos servirem de referência para os que chegam, conversando com

eles sobre eventuais problemas com discriminação e preconceito”, reflete Ancelmo. Escolas da região e mesmo de regiões mais distantes querem conhecer o trabalho. A comunidade acadêmica também procura conhecer a experiência. E ex-professores que passaram pela escola também usam o modelo como exemplo para suas turmas, mesmo com crianças que recém começam sua jornada. “Recentemente, um ex-professor levou 90 alunos da creche Pequeno Pensador para conhecer nosso trabalho”, diz Josefina.

Escola pública tem de investir na qualidade

•••

O Coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, investe boa parte de seu tempo em viagens, palestras e encontros para discutir, justamente isso, o direito à educação. Em um País ainda com déficits enormes na área, principalmente com relação à educação básica, há carências de toda ordem. “Educação basicamente passa por valorização dos profissionais da educação. E isso significa salário inicial condigno, carreira atrativa, formação continuada, e um processo de contínua possibilidade de articulação entre os profissionais, para que possam discutir problemas em sala de aula, intercambiar experiências”, defende. O trabalho de mobilização e de qualificação para as intervenções junto aos gestores públicos e à sociedade é considerado o grande mérito da Campanha, segundo ele. Veja a seguir os principais trechos da entrevista para a Práxis.



DANIEL CARA
Coordenador-geral da
Campanha Nacional
pelo Direito à Educação

Para saber mais

Visite o site da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, iniciativa que já tem 16 anos e reúne mais de 200 grupos de entidades distribuídas por todo o País. Na página sobre custo aluno qualidade, você poderá fazer simulações sobre quanto custa manter uma escola com bom padrão de qualidade, inclusive com comparativos com os países desenvolvidos.



www.campanhaeducacao.org.br



www.custoalunoqualidade.org.br

Práxis – A grande luta dos interessados em mudar a educação no País é sempre contra a falta de recursos. Com os recursos que existem atualmente, era possível fazer mais pela educação no País?

Daniel Cara – Com os recursos existentes, certamente não. É claro que os recursos não são condição suficiente para garantir qualidade na educação. Mas sem o patamar de investimento efetivamente adequado, é impossível conseguir garantir uma educação de qualidade. E por que os recursos são condição necessária, porém não suficiente? Porque educação basicamente passa por valorização dos profissionais da educação. E isso significa salário inicial condigno, carreira atrativa, formação continuada, e um processo de contínua possibilidade de articulação entre os profissionais, para que possam discutir problemas em sala de aula, intercambiar experiências. E passa também por condições de oferta das escolas, que têm de ter uma infraestrutura adequada, recebendo bem os estudantes. Menos de 1% das escolas públicas brasileiras da educação básica, segundo pesquisa feita pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade de Brasília (UNB), têm condições ade-

quadas de oferta. O Brasil tem 198 mil escolas públicas, e só 0,6% delas têm condições adequadas de oferta. Esse cenário mostra que temos de melhorar os outros 99,4%.

Práxis – Nesse sentido, em que medida podemos dizer que o percentual que se busca, de 10% do Produto Interno Bruto, pode dar conta dessas demandas?

Daniel Cara – O artigo 212 da Constituição Federal, que foi uma grande luta de inúmeros educadores, especialmente do sociólogo Florestan Fernandes, estabelece uma vinculação de 18% dos impostos da União e de 25% das receitas dos estados e municípios para a educação. E esse recurso é insuficiente. Perdê-lo faria com que o Brasil regredisse muitos anos em termos de gestão pública. Temos de valorizar muito isso, porque está em risco, com essa ascensão do PMDB, no documento “Uma ponte para o futuro”, que deixa claro que o partido defende a desvinculação total e irrestrita de recursos, que é o que nas políticas públicas chamamos de orçamento de base zero. O que significa que não há nada vinculado. No PNE 2014-2024, o patamar é de 10% do PIB. O que significa que o Brasil terá de ir muito além do que está disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que

dá bem menos do que 5% do PIB. Os atuais 5,7% ou 6,6%, é a soma do que está vinculado no artigo 212 da CF/88, mais o salário educação, mais estados e municípios que vão além dos mínimos institucionais. Então, o Brasil investe mais do que o mínimo já. O caminho que o PNE aponta é um caminho correto. Ele foi elogiado no Fórum Mundial de Educação que aconteceu na Coreia do Sul por praticamente todos os países que tiveram conhecimento das lutas que determinaram sua aprovação, foi reconhecido que é um mérito da sociedade civil, e não dos governos, que agiram inclusive contrariamente ao plano, mas a gente ainda tem uma longa trajetória pela frente.

Práxis – Inclusive com inclusão de elementos no plano que são produto da luta da sociedade civil e que objetivam a discussão. Como essa questão do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). Sempre se diz que o movimento social estabelece regras gerais para as reivindicações, e não define critérios para sua aplicação. Neste caso, há adoção de critérios para o uso racional dos recursos.

Daniel Cara – Esse ponto que você pegou é fundamental. Toda a luta pelos 10% do PIB teve como base um cálculo de custo aluno qualidade inicial. É um trabalho feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, normatizado pelo Conselho Nacional de Educação. Esse esforço de definição do CAQi foi determinante não só para dizer que precisa de mais recursos, mas qual o montante de recursos necessários. Na prática, não é nem 10% do PIB, mas 10,38% do PIB, fruto da nota técnica elaborada pela campanha e que teve um impacto enorme na discussão do PNE. Hoje, a sociedade civil, e particularmente a campanha, tem um cálculo que determina quanto se investe em educação com base em uma escola que obrigatoriamente garanta um professor valorizado, que tenha um número adequado de alunos por turma, e que tenha biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, quadra poliesportiva coberta, brinquedoteca. É uma escola que certamente, considerando toda a esfera de ensino, é superior, em termos de padrão de qualidade, quando se concretizar, às escolas privadas. Então, o CAQi também é um caminho para fazer com que a classe média e a elite percebam que a escola pública pode ser de qualidade e para todos. No dia que a gente atrair a classe média e a elite para a educação pública, certamente vamos melhorar o Brasil.

Práxis – Uma questão que você levanta no seu blog no UOL é que a efetivação do CAQi exige R\$ 37 bilhões por ano, mas o ajuste fiscal cortou R\$ 10,2 bilhões da educação nacional em 2015. Como evitar que a educação seja refém dos solavancos da economia?

Daniel Cara – O único caminho para que isso se concretize é aumentar o processo vinculatório. A luta da saúde, da educação, da assistência social é aumentar as vinculações. Porque sem elas a

Sem o patamar de investimento adequado, é impossível garantir educação de qualidade



DIVULGAÇÃO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

gente não tem estabilidade no investimento em educação. O que o cidadão precisa para ter acesso a uma saúde boa, a uma educação boa, a uma assistência social boa não pode passar por contingências como o ajuste fiscal. O ajuste fiscal, que está sendo implementado neste segundo mandato da presidenta Dilma – que tem que continuar até 2018, o impeachment é inaceitável – é um ajuste de ordem recessiva. Ao mesmo tempo em que atinge a economia, procurando fazer um jogo ortodoxo, inibindo a produção, que significa inibir o emprego, para poder alavancar juros, honrar a dívida pública e fazer sinais para o mercado financeiro, e por isso é recessivo, é também especulativo. Como o governo arrecada menos, prejudica os direitos sociais. O que temos de ter claro é que a luta não pode ser por um orçamento de base zero. Tem de haver maior vinculação, e com base legal, porque aí não tem como o ajuste fiscal atingir.

Práxis – Qual o balanço que você faz da Campanha nesses 16 anos?

Daniel Cara – A primeira vitória que tivemos foi a criação e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2006 e 2007. Fomos decisivos para garantir a inclusão das creches no FUNDEB. Hoje temos poucas matrículas em creches, teríamos muito menos. E foi também central para garantia da participação efetiva do governo federal para o investimento em educação básica. Ainda que seja insuficiente, diante da necessidade, especialmente expressa no CAQi, mas é um fator extremamente relevante. A Campanha criou, e conseguiu inscrever na lei o CAQi, participou decisivamente da ação pelo piso nacional do magistério no Supremo Tribunal Federal (STF). Teve uma participação também decisiva na campanha pelas cotas sociais e raciais para o acesso aos estabelecimentos federais de educação superior e profissionalizantes de nível médio. E protagonizou as lutas da área de educação na lei dos royalties do petróleo e do Plano Nacional de Educação (PNE).

Leia a entrevista completa na página do Sinte, em que trata-se dos avanços e limites das atuais medidas do governo federal, a ação dos alunos paulistas contra o fechamento das escolas pelo governador Geraldo Alckmin e muito mais.

3º Encontro Estadual de Relações Étnico-Raciais

Encarte Especial da Revista Práxis – SINTE/SC
Março de 2016



Encontro ocorreu na Escola Sul da CUT, em Florianópolis (SC)

A longa jornada pela inclusão racial, de gênero e indígena nas escolas

Brasil é um dos campeões de práticas homofóbicas, racistas e machistas, mas peca na abordagem desses temas na sala de aula

O combate à discriminação e ao preconceito racial, de gênero e indígena nas escolas e no currículo escolar foi o tema do 3º Encontro Estadual Étnico-Racial, promovido pelo SINTE/SC em 13 de novembro de 2015, na Escola Sul da CUT, em Florianópolis (SC). A terceira edição do encontro foi organizada novamente pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN) e contou com palestras das professoras Joana Célia dos Passos e Patrícia de Moraes Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina, e apoio da CUT/SC. Esta edição aconteceu uma semana antes do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro e propôs-se a debater os limites e as possibilidades dos planos Nacional

de Educação (PNE) e Estadual de Educação (PEE) na abordagem das questões racial, de gênero e indígena, dando sequência a uma estratégia que começou com a realização do 1º Encontro (*ver matéria na página 3*).

Em Santa Catarina, o final de 2014 pôs à prova mais uma vez a capacidade de os trabalhadores organizados enfrentarem o avanço conservador, quando se trata de discutir a inclusão desses temas no currículo escolar. Durante as audiências para a discussão do PEE, no final do ano passado, ficou claro que este não é um assunto que a bancada conservadora da Assembleia Legislativa e o próprio governo do estado pre-

tendem ver abordados nas salas de aula. Na abertura do encontro, Luis Carlos Vieira, coordenador estadual do SINTE/SC, destacou: “Temos de dar um sentido político ao enfrentamento da máquina estatal, em um momento intenso da discussão da questão étnico-racial.”

Ao final do encontro, os debates transitaram pela formulação de propostas que auxiliem as práticas antidiscriminatórias e pela firmeza na resposta ao avanço conservador. Nas próximas páginas, você saberá como foi o encontro, acessará um breve balanço dos encontros anteriores e lerá depoimentos dos palestrantes e dos participantes sobre a iniciativa. 🌍

Batalha sem quartel



FOTO: SINTE/SC

Performance: a violência contida na ideia da “mulata tipo exportação”.

Neste primeiro número da Revista *Práxis*, inauguramos um padrão que pretendemos repetir em todas as próximas edições. Cada publicação terá um encarte sobre um assunto que remeta à educação. Neste número, tratamos das relações raciais, de gênero e indígenas, todas tendo como horizonte a discussão da inclusão desses temas no currículo escolar a partir dos planos Nacional e Estadual de Educação. O assunto foi objeto de discussão durante o 3º Encontro Estadual Étnico-Racial, promovido pelo SINTE/SC em 13 de novembro de 2015, na Escola Sul da CUT, em Florianópolis (SC).

Foi um dia intenso de debates e de formulação de alternativas para enfrentar a onda conservadora que reverbera no País. Como sempre acontece, nesses momentos os cuidados com a educação têm de ser redobrados. A presença de elementos que dão origem a condutas preconceituosas e discriminatórias deve ser combatida permanentemente. Crianças em idade de formação e professores sem a necessária capacitação compõem uma mistura explosiva que afeta o futuro, não só das crianças e adolescentes, ou dos professores, mas da própria concepção de um País mais justo e igualitário.

O SINTE/SC combate as propostas que pretendem fazer dos currículos escolares abrigo da tradição conservadora, ignorando as violências raciais, de gênero, e que relegam os povos indígenas ao lugar do esquecimento ou da opressão. Em Santa Catarina, as discussões sobre os planos Nacional e Estadual de Educação têm sido pródigas em exemplos de retrocesso, com o governo do estado assumindo o caminho do atraso. Para enfrentar a tradição conservadora, O SINTE/SC aposta no conhecimento, na formação, tentando preencher a lacuna deixada pelo Estado, ao mesmo tempo em que luta pela inclusão desses temas na pauta do poder público.

Nos próximos períodos, esta batalha sem quartel será intensificada. A partir das propostas definidas no encontro – que você confere nas páginas centrais – várias ações estão sendo pensadas. O objetivo fundamental é envolver as comunidades nesse debate, para que a sociedade catarinense se comprometa com a luta pela recuperação da memória de todos os povos que a constituem, e não apenas dos que secularmente dominam a cena política e econômica.

A partir dessas ações, o SINTE/SC pretende continuar a contribuir para os debates que acontecem em todo o País, forçando governos em todas as esferas a assumirem compromisso com a erradicação do preconceito e da discriminação. E transformando a sala de aula naquilo que deve ser, um espaço de formação e de debate, livre de todas as amarras. ●



EXPEDIENTE

Este encarte integra a **Revista Práxis**, publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE/SC)

Ano 1 – Número 1 – Março de 2016

Gestão 2013/2016

Núcleo de Estudos Negros (NEN)

Coordenadoria Executiva

Mislene Nogueira da Silva Martins
(Coordenadora Geral)

Azânia Mahin Romão Nogueira
(Coordenadora Administrativo Financeira)

João Carlos Nogueira (Coordenador de Programas)

Coordenadoria Deliberativa

Raquel Barbosa
Joana Célia dos Passos
Eliane Debus
Karina de Araújo Dias
Anna Carolina do Espírito Santo

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação Editorial

Claudete Mittmann (Secretária de Imprensa e Divulgação SINTE/SC)

Redação e Edição

Amilcar Oliveira (SC 00462 JP)

Diagramação

Cristiane Cardoso (Entrelinha)

Meta é ser referência em políticas sociais

Propostas discutidas em Florianópolis orientarão ação política do sindicato para envolver sociedade nos debates

Para o Coordenador de Programas do Núcleo de Estudos Negros (NEN), João Carlos Nogueira, o SINTE/SC pode se tornar referência no País nas discussões sobre as relações raciais, de gênero e indígena. O NEN é a entidade responsável pela organização dos três encontros étnico-raciais realizados pelo sindicato. A estratégia traçada pelo Núcleo e assumida pelo SINTE/SC previu inicialmente uma abordagem para dar conta das dificuldades para lidar com a lei 10.639/2003, que inclui o estudo da História da África nos currículos escolares, posteriormente complementada pela lei 11.645/2008, que incluiu a história indígena. A partir do primeiro encontro, tomou corpo a discussão sobre a lei 10.639 e o Plano Nacional de Educação (PNE), assunto discutido no 2º Encontro, realizado em 21 de novembro de 2014, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC). No encontro do ano passado, a identificação dos principais obstáculos à implementação do PNE nos temas racial, de gênero e indígena foi o tema central.

“Nos anos 1990, o SINTE/SC já participava ativamente das discussões públicas sobre educação e relações raciais. Foi nessa época que se constituiu a Comissão de Relações Raciais da Central Única dos Trabalha-



FOTO: SINTE/SC

dores (CUT). Este é um debate atual, e quem se prepara tomará a frente das discussões”, afirma Nogueira. O coordenador do NEN lembrou que já no primeiro encontro, o SINTE/SC assumiu a discussão racial e de gênero de forma inédita. “Até então, a demanda era focada em alguns professores negros. Neste momento, o sindicato assumiu o debate de forma institucional”, lembra.

Firmadas as bases de discussão, foi preciso mais algum tempo até que viesse o segundo encontro. “Incorporamos o debate a partir das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 para discutir as novas práticas pedagógicas que elas demandavam. A avaliação desse encontro foi excepcional”, observa Nogueira. Seguindo o

projeto inicial, o terceiro encontro foi o momento de aprofundamento dos conteúdos discutidos nas oportunidades anteriores, com balanço das contradições mantidas nos planos estadual e municipal, estabelecendo pontos de conexão entre as questões de raça, gênero e indígenas. “Para isso, reafirmamos a necessidade de formação continuada e, do ponto de vista organizativo, chegamos à conclusão de que a organização sindical deve se voltar para o atendimento das demandas específicas das regionais do sindicato.” Exemplos dessas demandas são as necessidades de conhecimento dos públicos alvo nas regionais, como os povos indígenas das várias regiões do estado (*ver propostas nas páginas centrais*). 🌍

Entidade aposta na formação continuada de professores e no atendimento de demandas específicas regionais

Nogueira (esquerda, com Leda, da CNTE, e Rubens, do SINTE/SC): sindicato assumiu discussões de forma inédita

Pedra no caminho do atraso

Investimento em capacitação e conhecimento do perfil étnico-racial de professores, alunos e comunidades serão prioridades para o próximo período



O SINTE/SC promete continuar confrontando o governo estadual enquanto a inclusão das questões de gênero, raça e dos povos indígenas não fizer parte dos currículos das escolas da rede. A determinação dos professores que participaram do 3º Encontro Estadual Étnico-Racial, promovido pelo SINTE/SC em 13 de novembro de 2015, na Escola Sul da CUT, em Florianópolis (SC), foi refletida nas propostas aprovadas ao final do encontro. Quatro grandes eixos podem resumir as propostas (*veja nestas páginas*): formação continuada, conhecimento do perfil étnico-racial da população do estado e dos professores da rede, regionalização do atendimento das demandas e incremento da comunicação para que a categoria tenha conhecimento das ações do sindicato. A partir delas, pretende-se fazer com que os currículos passem a contemplar as questões discutidas no encontro.

A necessidade de investimento em informação para a categoria soube-se à necessidade de pesquisas do perfil de alunos, de professores, das regiões, e das próprias escolas. De posse dessas informações, estabelecer as iniciativas que podem ser desenvolvidas nas regionais. O coordenador estadual do SINTE/SC, Luis Carlos Vieira, destacou o caráter ético-político das discussões étnico-raciais, de gênero e dos povos indígenas como instrumento de fortalecimento das práticas sindicais. “O que fica desses encontros são os valores que ajudam a nos educar cada vez mais”, afirmou, na abertura do encontro. A secretária de Imprensa e Divulgação, Claudete Mittmann, lamentou a falta de representação indígena no encontro. “A diversidade de nações indígenas no estado, e a falta de cuidado com esses povos, principalmente na questão das práticas educativas, têm de ser enfrentadas.

A localização das escolas indígenas, a alimentação, tudo é diferente, e não podemos dar as costas a esse problema”, disse.

Por outro lado, a coordenadora da Regional de Criciúma, Cíntia Santos, enfatizou o período “extremamente reacionário que vivemos”. “Ele se reflete no Plano Nacional de Educação (PNE), onde não está explícito o combate à violência de gênero, de raça e à violência em geral”. Cíntia ressaltou a necessidade de debater a política de ações afirmativas como estratégia importante para que a discussão racial esteja cada vez mais nas estruturas de governo, nas escolas e na sociedade, com reflexos na mudança dos índices de permanência nas escolas, cada vez mais distantes entre jovens brancos e negros e acesso restrito destes ao ensino superior.

A disseminação do debate sobre as questões de gênero, racial e indí-



FOTO: SINTE/SC
Informação para superar onda conservadora



gena para todas as salas de aula do estado foi a preocupação da presidente da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina (CUT/SC), Anna Júlia Rodrigues, cuja base é o SINTE/SC. “Quando conseguimos a Secretaria de Combate ao Racismo na CUT, não nos contentamos com isso. Queremos acabar com o racismo de verdade, não apenas no papel”, disse ela. A presença da secretária de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Ieda Leal de Souza, foi outro componente importante da abertura do encontro. Mesmo sendo uma secretária recente, demonstra, tanto quanto as secretarias nacionais de combate ao racismo de várias entidades com alcance regional ou nacional, a importância das discussões sobre gênero, raça e povos indígenas em todo o País.

O encontro foi uma oportunidade de formação para os dirigentes

sindicais, com palestras das professoras Joana Célia dos Passos, do Centro de Educação (CED), e Patrícia de Moraes Lima, do Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC), ambas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A perspectiva histórica da discussão sobre currículo, raça e gênero, com os limites dos planos Nacional e Estadual de Educação, foram priorizados na palestra da professora Joana, que também ressaltou a importância da colaboração entre academia e movimento sindical. “Não há produção acadêmica se não estivermos envolvidos com aquilo que fazemos defendendo a nossa história. A universidade é só outro território, mas nossas preocupações são muito parecidas, em termos de origem”, disse. A professora Patrícia dedicou-se às formas de violência na escola e seu entorno e seus impactos sobre a comunidade escolar e a sociedade em geral (veja matérias nas páginas 7 e 8). ●

Moções de repúdio

Durante o encontro, duas moções de repúdio foram aprovadas. Uma pelo haitiano Fetiere Sterlin, de 33 anos, esfaqueado e morto por dez homens em outubro, em Navegantes (SC). Foram apreendidos quatro adolescentes. Segundo a imprensa, um deles confessou ter dado facadas em Fetiere. A família teve de esperar seis dias para sepultá-lo.

A outra moção aprovada foi contra as práticas de racismo em Criciúma (SC). Em um dos últimos casos, em novembro do ano passado, Kássia Hellen Dias Vargas, de 22 anos, participava de uma festa da turma da faculdade quando foi agredida verbalmente por um homem que participava da confraternização, alegando não querer sentar à mesma mesa que “aquela negrinha”. Os casos de racismo na cidade tem mobilizado a população negra, que denuncia e cobra providências das autoridades.

Onde o pessoal e o profissional se encontram

Os depoimentos a seguir demonstram a importância da formação e capacitação dos professores que serão multiplicadores junto à categoria. Alguns dos presentes ao encontro do SINTE/SC participaram em mais de um ano. Para outros, foi a primeira vez. Em todos, a avaliação é positiva. E o desejo é garantir que atividades como essa se disseminem pelo estado.

Cíntia, coordenadora da Regional de Criciúma

"A cada encontro de que participo, vejo o quanto é necessária a continuidade desse tipo de formação. Infelizmente, é nesses momentos que se demonstra o déficit de conhecimento, que inclusive a direção do sindicato consegue

demonstrar. A discussão que faço é que, para a gente atingir a sala de aula, primeiro a gente precisa atingir os professores.

E, obviamente, incluir esse conteúdo no currículo. Nossos professores são fruto de uma geração conservadora e estão sofrendo o impacto dessa realidade em que as reações racistas, homofóbicas e machistas estão muito evidentes. É necessário difundir essas iniciativas, e não apenas para as regionais com maior número de negros e negras, porque o combate ao racismo só se dará quando negros e brancos estiverem levantando essa bandeira."



Davi Pereira da Silva, Regional Oeste

"É interessante poder perceber que a situação dos negros está mudando. É uma revolução nesse sentido.

No 2o Encontro, que foi o primeiro de que participei, fiquei deslumbrado com esse resgate da história, essa valorização da identidade. E agora, no 3o Encontro, só se confirma isso, essa postura do negro não baixar a cabeça, manter sua autoestima, perceber que é um ser humano, e como tal deve ser respeitado. Como professor, sou portador de opinião, e devo fazer com que meus alunos percebam que eles não podem se colocar nessa condição de submissão que a própria mídia impõe, mas que possam assumir sua história com altivez, constituindo-se como cidadãos."



Iara Miranda, regional de Florianópolis

"Encontro importantíssimo. É nesses momentos que o professor tem a chance de adquirir ferramentas para fazer esse combate dentro da sala de aula e em seu cotidiano, tanto nas questões raciais quanto de gênero. Dou aula há 22 anos. Mesmo nos dias atuais, mesmo com tudo o que a gente tem vivenciado, com as redes sociais, encontramos em grupos de professores piadinhas machistas, homofóbicas. Alunos de Terceirão têm entendimento de que violência contra a mulher é porrada. Na sala dos professores, percebe-se que alguns têm o entendimento de que gritar ou falar mais alto não tem problema. Não têm o entendimento de que a própria voz masculina, quando alterada, já é uma agressão. Infelizmente, ainda estamos engatinhando para buscar um entendimento."



FOTOS: SINTE/SC

Moacir da Costa, regional de Itajaí

"Esses encontros são muito positivos para fomentar a discussão dentro do sindicato.

Acho interessante o sindicato estar propondo essa discussão para que novos atores sociais, novos professores, que não têm contato com a questão da desigualdade racial, passem a abordar essa temática. Os professores ainda são muito carentes desse tipo de abordagem. Quando tratar da capoeira, por exemplo, pensar que eram reis, rainhas, engenheiros, os negros que vieram da África. Isso faz pensar uma nova forma de educação, não aquela que fala sempre do negro que apanha, do negro que é escravo."



A afirmação da diferença



FOTO: SINTE/SC

Joana: discussão sobre currículos deve abordar relações de poder na escola

Para compreender o tratamento dado na atualidade pelos currículos escolares às questões de gênero e de raça, é preciso conhecer como se deu a construção da escola brasileira. É preciso reconhecer que os embates em torno dessas questões fazem parte das discussões mais amplas sobre um projeto de nação que sempre teve como horizonte a transformação do Brasil em um país sem as marcas culturais e mesmo físicas dos povos indígenas e africanos. Durante o 3o Encontro de Relações Étnico-Raciais promovido pelo SINTE/SC, Joana Célia dos Passos, pós-doutora em Educação e professora do Centro de Ciências de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (CCE/UFSC), destacou estes e outros pontos que considera fundamentais para a atuação do sindicato.

Ao ilustrar sua argumentação, Joana lembrou um fato conhecido particularmente de militantes dos movimentos sociais ou estudiosos da área da educação. Em meados dos anos 1930, o Ministério da Instrução e Saúde, comandado pelo ministro Gustavo Capanema, instalou um debate público no País para discutir como seria o homem brasileiro do futuro. A questão foi suscitada por um evento corriqueiro, mas denunciava que o projeto de país em execução era de nos tornar

brancos e eurocêtricos, cultural, social e fisicamente. Chamado a elaborar uma estátua que representasse o perfil do homem brasileiro para inaugurar o novo prédio do ministério, que seria inaugurado no Rio de Janeiro, o autor da obra apresentou a figura de um caboclo. “Durante as discussões posteriores que se estabeleceram, cada intelectual apresentou o seu modelo, normalmente branco e heterossexual. E este modelo, projetado na política social, foi sendo implementado desde então”, observa a professora. “É no início do século XX que a educação vai sendo estruturada nacionalmente, com essas ideias eugênicas, de um pensamento que ainda está presente na escola.”

Mesmo o que é considerado avanço deve ser analisado criticamente. Ao contrário, por exemplo, do conceito de igualdade, ainda muito usado nas salas de aula, Joana prefere afirmar a diferença. “Uma frase é muito conhecida das professoras: aqui, todos são iguais. Já dissemos como professoras e ouvimos muito quando alunas. Meu princípio: aqui, todos são diferentes. O princípio de uma política para emancipação precisa ser este, todos são diferentes. Temos aqui uma mudança de paradigma, resultado das lutas dos movimentos sociais. E isso precisa ser olhado pelo movimento sindical.”

Sobre os planos Nacional e Estadual de Educação, Joana chama a atenção para as manobras que retiraram a referência explícita à diversidade étnica e de gênero do texto das leis. “Colocaram no texto uma referência genérica à diversidade, em detrimento de uma referência mais ampla à diferença, que é como vamos nos constituir como homens e mulheres negros, transexuais, homossexuais. É isto que politiza a discussão sobre os currículos, abordando as relações de poder.”

Professora da UFSC critica limites dos planos Nacional e Estadual de Educação no tratamento das questões racial e de gênero

Arquitetura da violência

Relações sociais nas escolas são produzidas a partir da organização opressiva do ambiente escolar

Pensar-se como sujeito produtor de violência é um primeiro passo para não reproduzir essas práticas com os alunos

À primeira vista, todos os relatos sobre professores desgastados com a rotina de violência na escola induzem a um pensamento quase incontornável: os alunos são o equivalente terreno do inferno e a escola é incapaz de apresentar soluções para o problema. Um olhar mais atento, porém, obriga a retirar as camadas que encobrem os verdadeiros motivos para a situação caótica que professores, alunos e a comunidade escolar em geral vivenciam.

FOTO: SINTE/SC



Patrícia: necessidade de combater o “vício do olhar”

A professora Patrícia de Moraes Lima, pesquisadora do Núcleo Vida e Cuidado: Estudos e Pesquisas sobre Violência (NUVIC/UFSC), do Programa de Pós-Graduação em Educação da universidade, ocupou parte da manhã do 3o Encontro Estadual-Étnico Racial do SINTE/SC para falar sobre alguns resultados de suas pesquisas sobre a violência nas escolas. Mas não se ateu às figuras de professores e alunos em seus embates diários. A própria arquitetura da violência foi o tema da palestra com que brindou os participantes do encontro. “As relações sociais nas escolas são produzidas a partir da forma de organização da escola. Isso envolve metodologia de ensino, espaço físico, currículo, relação institucional, etc.”, destaca. E se reflete na abordagem – ou ausência de abordagem – das rela-

ções raciais, de gênero, indígenas, religiosas, entre outras.

A organização escolar, segundo ela, é pensada a partir de um lugar, o espaço escolar, regulado por práticas de opressão. Assim, a escola usa e abusa dos conceitos de “bom aluno”, “mal aluno”, “o que não aprende”, “o que é violento”. “Como se houvesse alunos que servem e alunos que não servem”, observa. Os resultados refletem-se na resposta dos alunos, que não veem no lugar um espaço familiar, em que o diferente, ou a diferença, tenha lugar. O que produz ainda mais violência.

No caso dos professores, Patrícia destacou os limites da formação política, se esta não vier acompanhada de apropriação da to-

talidade das relações que se dão no âmbito da escola. “Só assim, a partir dessa apropriação, será possível modificar as relações, de forma a integrar todos os sujeitos no espaço, modificando-o”. Ao mesmo tempo, instigou a audiência a superar o “vício do olhar”. “Somos acostumados a lidar com o mesmo, viciados no mesmo olhar sobre o outro, com leitura pronta e acabada, e isso tem muito a ver com a forma como a escola se organiza”, diz. É preciso, portanto, mudar o olhar sobre o outro para que se dê a mudança da arquitetura opressiva das relações no ambiente escolar. E para que o espaço escolar acolha práticas pedagógicas que contemplem a diversidade de sujeitos que formam o conjunto das relações na escola. 🌍

- Gestão democrática

Uma luta de 30 anos



DIREÇÃO
EXECUTIVA
SINTE/SC



Afinal, por que os sucessivos governantes de Santa Catarina têm tanto medo que a comunidade escolar assuma seus destinos, com autonomia financeira, administrativa e pedagógica, em uma verdadeira gestão democrática? A resposta passa por um simples entendimento: quem dirige tem poder. E o poder, segundo as mentes autoritárias que continuam a determinar os destinos da sociedade catarinense, não pode ser compartilhado. Embora todo o poder emane do povo, perduram as indicações políticas para os cargos diretivos nas escolas, ignorando a vontade da comunidade escolar.

As discussões sobre gestão democrática nas escolas públicas estaduais tiveram início em 1985, com a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC). Na época, após muitos debates, o governador Esperidião Amin encaminhou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 149/85, que instituía as eleições diretas para diretores das escolas da rede estadual. A vitória mal pode ser comemorada. O próximo governador, Pedro Ivo Campos, entrou com ação de inconstitucionalidade contra a medida. A ação foi acatada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1988, ano da fundação do SINTE/SC.

Mesmo com a decisão do STF, as eleições continuaram a ser realizadas nas escolas. Até 1991, quando o governador Wilson Kleinubing ignorou os pedidos do Sindicato e de deputados de oposição, que pretendiam garantir a posse dos diretores eleitos, e gradativamente indicou os diretores das escolas. Lá se vão quase 30 anos. A construção de um projeto de lei que seja objeto de debate da comunidade escolar soa tão estranho aos

sucessivos governos quanto discutir planos estaduais de educação com base no respeito à diversidade de opiniões que caracterizam uma sociedade plural. No último movimento, o governador Raimundo Colombo manteve a tradição de seus predecessores. O Decreto nº 243, de 1º de julho de 2015, e a Portaria nº 24, de 2 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial, mantêm basicamente as mesmas exigências do Decreto 1.794, de 2013, excluindo por princípio toda e qualquer possibilidade de debate. Desprezando as contribuições e o acúmulo de professores e do Sindicato, implementam medidas como avaliações por corpos técnicos indicados por critérios obscuros, que ignoram completamente a realidade das escolas e de seus entornos. Além disso, a proposta do governador atribui pesos diferenciados ao voto de pais e responsáveis (peso 2) e de estudantes, professores e alunos (peso 1). O Sindicato defende um modelo realmente democrático, seguindo a meta 19 do Plano Nacional de Educação, que dispõe: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A verdadeira gestão democrática nascerá de um profundo debate envolvendo a sociedade, e concretizado em um projeto de lei votado na Assembleia Legislativa. Governar por decreto, além da insegurança jurídica, evoca alguns dos piores momentos da história do País, em que as escolas formavam alunos capacitados a dizer apenas “sim, senhor”.

Preconceito linguístico, um debate necessário



MARYUALÊ MALVESSI
MITTMANN
Doutora em
Estudos Linguísticos
pela UFMG



Professores de português são normalmente vistos como juízes aptos a determinar o que é certo e o que é errado, o que é bonito e o que é feio em termos de expressão linguística. Quantas vezes não ouvimos a pergunta “falar assim é certo ou é errado”? E quantas ouvimos que certas pessoas “falam tudo errado”? Mas quantas vezes paramos para refletir sobre os significados implícitos dessas frases? Por que motivos há essa preocupação com “falar certo”? O que realmente estamos julgando nas pessoas que “falam tudo errado”?

A História e a Linguística nos mostram que as línguas mudam ao longo do tempo e que, em qualquer povo, há variações na língua falada em diferentes lugares e por diferentes grupos. Consequentemente, com nossa língua expressamos nossa identidade. O timbre e o tom da voz, a pronúncia de certos sons, a melodia e o ritmo da fala (o famoso “cantado”), o uso de certas palavras ao invés de outras, certas formas de tratamento, certas concordâncias, tudo isso indica quem somos, de onde viemos e como queremos ser vistos pelos outros.

Então, é estreita a relação entre como falamos e os julgamentos aos quais somos submetidos, e aos quais também submetemos os outros: É homem ou mulher? Essa pessoa é nordestina, baiana, paulista, gaúcha...? Vem da cidade ou do interior? Estudou muito ou pouco? E assim por diante. Automaticamente, associamos essas características a valores que adquirimos culturalmente. Quais desses atributos são considerados positivos, almejavéis? Quem goza de maior prestígio social? É esse o debate profundo a ser feito em sala de aula ao tratar de preconceito linguístico. Devemos discutir com nossos alunos por que razão temos esses valores, e o que, de fato, a língua tem a ver com isso.

Por exemplo, se uma pessoa diz a frase “As porta do carro tão tudo riscada”, pronunciando todos os “Rs” com o som chamado “tepe” (o som do R produzido batendo a ponta da língua uma vez e rapidamente nos alvéolos, como na palavra “pRato”), imaginamos que é alguém proveniente da zona rural, provavelmente com pouca instrução. Mas o que significa, socialmente falando, ter origem campesina e pouca instrução?



ILUSTRAÇÃO: BRUNA FERENCZ



Como valoramos esse grupo? Basta nos lembrarmos da infinidade de termos populares para designar esse grupo, como “caipira”, “matuto”, “capião”, “ignorante”. Tais expressões revelam a falta de prestígio social que associamos a essas pessoas.

É importante que nós, como professores de Língua Portuguesa, tenhamos a clareza de que esse julgamento não é, de fato, sobre a correção da língua, mas sobre a identidade social marcada na língua. Uma dada variedade linguística é considerada a mais correta e a mais bela não por sua gramática, mas porque essa variedade é aquela falada pelo grupo que possui maior prestígio social, que domina os meios de comunicação. Logo, o “falar certo” é o falar daquele que tem prestígio social, e o “falar errado” é o daquele que não o tem.

Naturalmente, cabe a nós fazer com que os alunos sejam capazes de utilizar a variedade de prestígio, especialmente na modalidade escrita, nas situações em que tal é exigido. Entretanto, temos a responsabilidade ética de fazer isso sem promover a humilhação da

Para ler

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico. São Paulo: Parábola, 2015. 352 p.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: A sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2010. 112 p.

SÁ, Edmilson José. Variação linguística e o respeito à diversidade. Conhecimento Prático Língua Portuguesa. São Paulo: Escala, n. 57, jan. 2016.

identidade de nossos pupilos (e da nossa própria!). A escola deve ser um espaço de dissolução dos preconceitos, da compreensão da diversidade.

A aula de Língua Portuguesa deve ser um espaço para esse tipo de debate. Abordar o preconceito linguístico é uma forma de levar os alunos a refletirem sobre a validade de ideias preestabelecidas, não apenas sobre a linguagem, mas sobre opiniões e atitudes repetidas geração após geração, buscando compreender de onde elas vêm e para onde elas podem nos levar.

PNAE é descumprido pelo governo do estado

Administração é obrigada a cumprir Plano de Regularidade por não observar regras do Programa Nacional de Alimentação Escolar

A alimentação escolar é um direito garantido pela Constituição Federal. Sua discussão deve envolver princípios definidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do governo federal, que vão além da mera compra e consumo de alimentos. Dizem respeito à saúde e, por isso, devem ser vistos como elementos-chave para a prática pedagógica. Quando o assunto transforma-se em questão mercadológica, a tendência é o direito a alimentação saudável ficar em último plano. Assim, terceiriza-

-se a prestação de serviços, não se prioriza a compra de produtos de qualidade, nem se observam critérios mínimos de atenção à lei. Este é precisamente o estágio em que se encontra o tema alimentação escolar em Santa Catarina.

A terceirização dos serviços já foi questionada judicialmente em 2009 pelo Sindicato dos Nutricionistas de Santa Catarina (SINUSC). Em 2013, o sindicato denunciou uma série de irregularidades com relação à alimentação escolar no estado. “Desde quando houve a publicação dos editais para terceirizar, o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE) se manifestou contrário a esta modalidade e começou a denunciar a todos os órgãos de controle as irregularidades encontradas em suas fiscalizações. Entre elas, o não atendimento do que determina o PNAE em relação à compra de no mínimo 30% da agricultura familiar e o descumprimento da utilização de alimentos produzidos na região para estimular a economia regional”, observa Fátima Fuhro, presidente do SINUSC e

da Federação Nacional dos Nutricionistas.

De acordo com Fátima, foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que confirmaram o que o CEAE já vinha denunciando. O Ministério Público Federal (MPF) propôs à Secretaria de Educação (SED) a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o que foi negado, baseado em parecer da Procuradoria do Estado. Em 2015, o FNDE suspendeu os repasses para a SED. Foi então construído um Plano de Regularidade, que está em fase de cumprimento, e se estenderá até 2018. O plano está sendo monitorado pelo CEAE, FNDE e pelo MPF. Vários prazos não foram cumpridos, de acordo com Fátima, e por solicitação da secretaria foram dilatados.

O PNAE é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de educação, e é o maior programa de alimentação em atividade no Brasil. Em 2014, foram repassados R\$ 3,6 bilhões para o atendimento de 42,2 milhões de escolares. Seu principal objetivo é contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento esco-

Crítica quanto às especificidades culturais e a necessidade de adaptação dos cardápios é recorrente, mas não parece sensibilizar as autoridades catarinenses





Fátima Fuhro, representante do SINUSC no Conselho de Alimentação Escolar, constatou várias irregularidades durante visitas a escolas

lar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. “O descumprimento deste importante programa, na sua totalidade, ou mesmo parcialmente, impossibilitará o cumprimento de seus principais objetivos, o que acarretará problemas de saúde na população a que se destina”, afirma Fátima. A nutricionista observa que o emprego da alimentação saudável e adequada compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

Neste caso, um componente da alimentação escolar chama a atenção no estado. Fátima afirma que a alimentação dos povos indígenas está em desacordo com a cultura e hábitos alimentares destes povos. A crítica quanto às especificidades culturais e a necessidade de adaptação dos cardápios é recorrente, mas não parece sensibilizar as autoridades do estado.

Outro lado

A reportagem da Revista Práxis entrou em contato com o Diretor de Articulação com os Municípios da SED, Osmar Matiola, que assim teve a oportunidade de rebater as denúncias feitas pelo SINTE/SC, pelo SINUSC e pelo CEAE. As respostas apresentadas a seguir não representam a posição nem satisfazem essas entidades, mas são publicadas em nome do direito ao contraditório.

O diretor Osmar Matiola afirma que a maior parte das denúncias sobre irregularidades se refere ao período do início da gestão terceirizada da alimentação escolar no Estado, entre 2010 e 2012. “A SED tomou uma série de providências desde então, aplicando inclusive multa às empresas e não renovando o contrato com a empresa que prestava os serviços de alimentação escolar na Grande Florianópolis, no primeiro semestre de 2014. Com o fim dos contratos celebrados em 2009, no ano de 2014 a SED pode realizar uma série de ajustes e modificações no edital de licitação, buscando aperfeiçoar a prestação deste serviço por parte das empresas contratadas, com ampliação dos lotes a serem disputados, redefinição da contratação da mão-de-obra por número de refeições servidas, novos critérios para a contagem da repetição das refeições, entre outros”.

Segundo o diretor, os novos contratos celebrados com as empresas em 2014 e 2015 já contemplam as novas regras. Com relação à suspensão dos repasses do PNAE para o governo do estado, Matiola afirma que a situação foi temporária, e que já foi regularizada, por meio da apresentação do Plano de Ação elaborado com a participação do CEAE e do CECANE, e que vem sendo implementado.

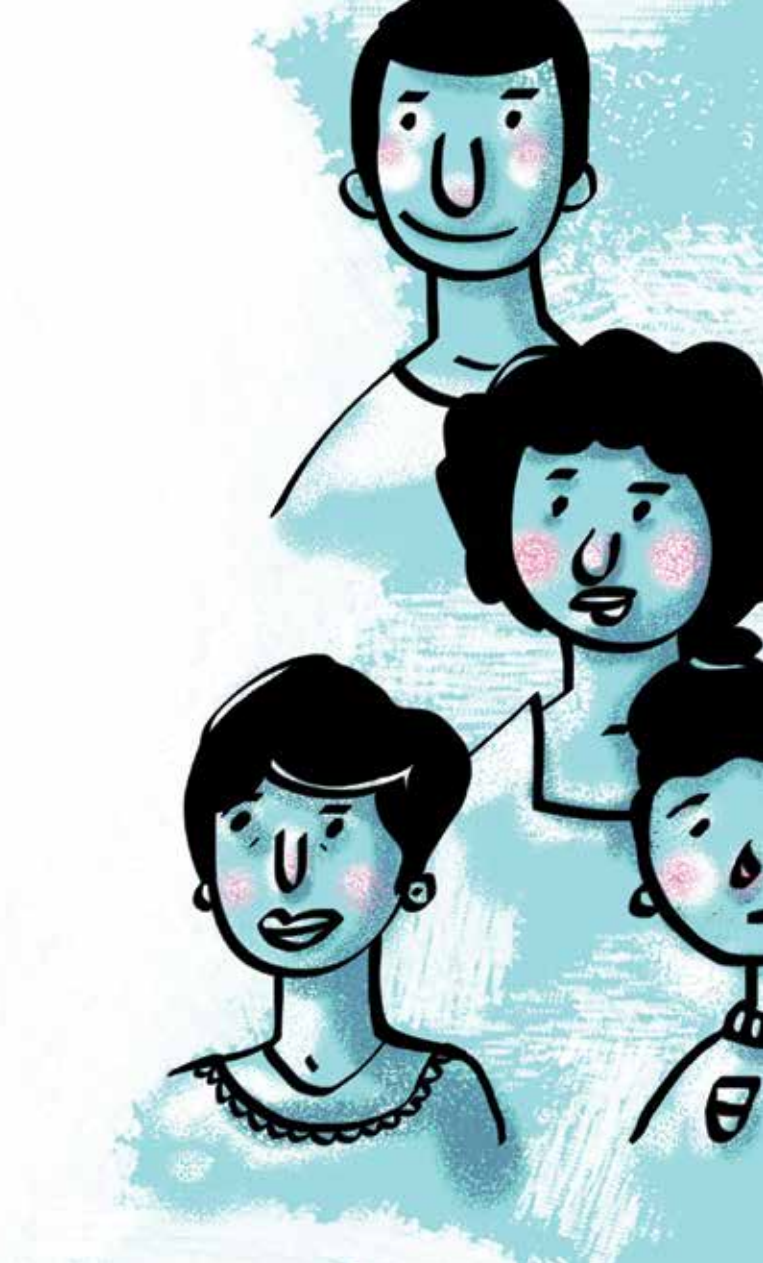
O diretor da SED afirma que o fornecimento da alimentação escolar para os povos indígenas do estado é realizado de forma direta, isto é, o serviço não é terceirizado. Segundo ele, desde o ano de 2015 o cardápio é elaborado pela responsável técnica do programa na SED, respeitando os hábitos alimentares de cada uma das três etnias existentes no estado. No ano de 2015, Matiola diz que foram realizadas visitas às escolas de cada uma dessas etnias, com a presença de técnicos da Gerência de Alimentação e do Conselho de Alimentação Escolar, para, em conjunto com as lideranças indígenas e os gestores escolares, definir a lista dos gêneros a serem adquiridos pela SED, e que respeite os hábitos alimentares e a cultura indígena.

Já com relação ao descumprimento da compra de pelo menos 30% dos alimentos da agricultura familiar, o diretor da SED garante: “No ano de 2015, o Governo do Estado adquiriu de 18 cooperativas de agricultores familiares o montante de R\$ 6,8 milhões em gêneros alimentícios. Os produtos foram adquiridos por meio de Chamada Pública realizada em oito regiões do Estado, privilegiando os fornecedores de cada região.” Segundo o diretor, os produtores não conseguiram apresentar projetos de venda na quantidade que o governo do estado necessitava para suprir a demanda da alimentação escolar no ano passado. Para 2016, o diretor diz que foram realizadas duas novas chamadas públicas, de forma regionalizada, com credenciamento de 25 cooperativas credenciadas, que atenderão toda a demanda solicitada pelo governo. “Serão adquiridos diretamente dessas cooperativas 15 produtos destinados a todas as escolas estaduais. O valor estimado a ser repassado será de R\$ 13 milhões, correspondendo a mais de 30% do valor estabelecido pela legislação federal.”

Por que a palavra gênero incomoda?



MARLENE DE FÁVERI
Pesquisadora do Laboratório de Relações
de Gênero e Família da UDESC
(LABGEF/FAED/UDESC)



Em 2015, assistimos a uma série de debates sobre a palavra gênero e sua inserção nos planos estaduais e municipais de Educação e nos currículos escolares. Religiosos e parlamentares de diferentes instâncias e estados do país reverberaram que esse tema nas escolas levaria à destruição da família, no entendimento de que as crianças seriam levadas a escolher o próprio sexo. Parte da sociedade civil, sem análises e entendimento sobre a importância desses temas para a escolarização e para a vida, fez coro a essas vozes conservadoras.

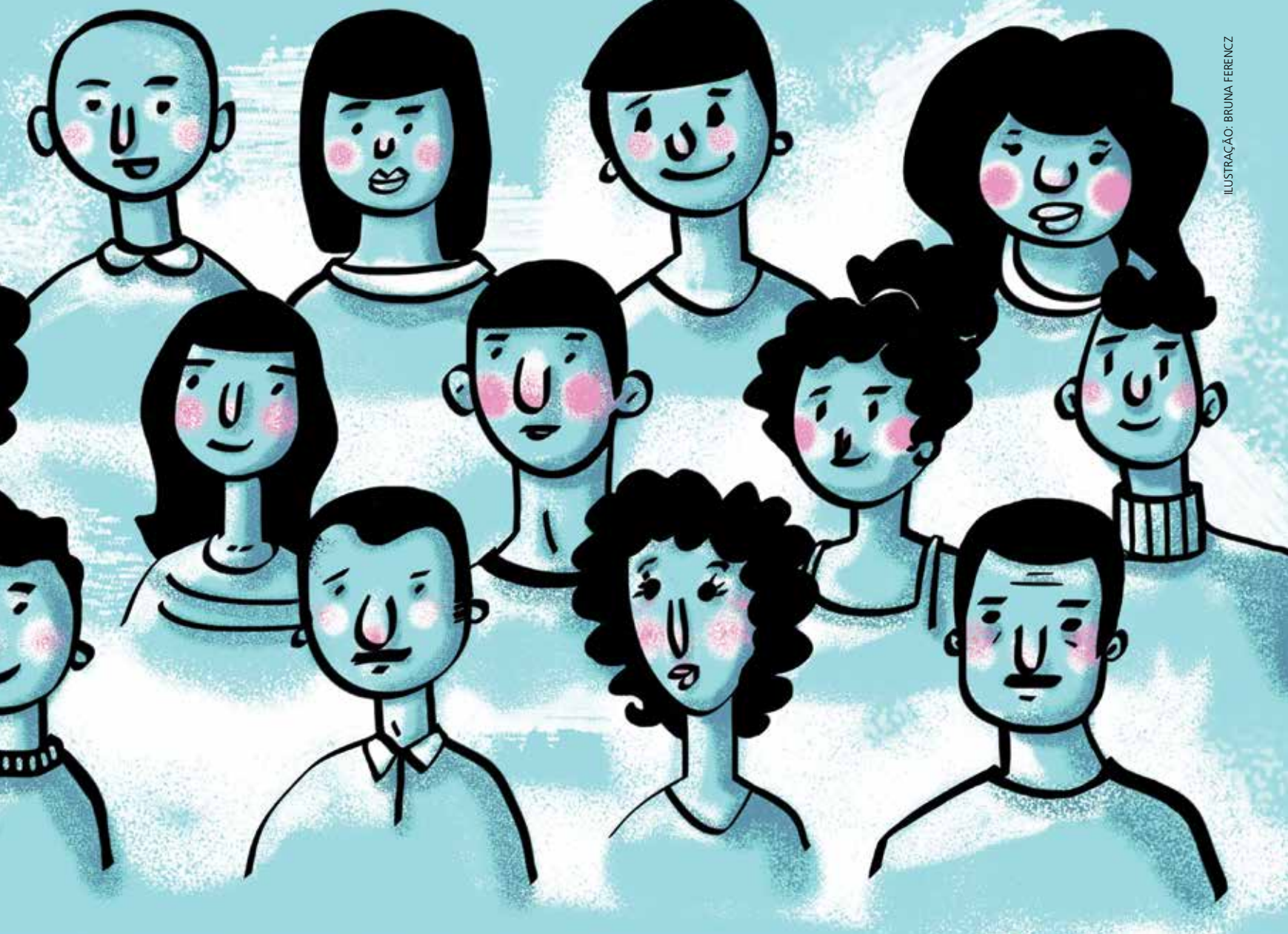
Com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, os municípios deveriam readequar as diretrizes, metas e estratégias para os planos municipais. As leis municipais e estaduais vigentes embasavam-se em legislações nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998; Sexualidade e Pluralidade Cultural, tema transversal: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, de 1996; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, pela Secretaria de Política para as Mulheres, de 2011; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de 2013/2015; Lei Maria da Penha (11.340/2006); Diretrizes Curricu-

lares Nacionais para a Educação Básica, de 2011. Mas isto não acalmou os parlamentares.

Diante dos embates, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, através da Nota Técnica no 24, de 17 de agosto de 2015, reiterava “a importância dos conceitos de gênero e orientação sexual para as políticas educacionais e para o próprio processo pedagógico”; como “categoria central no processo de construção de uma escola efetivamente democrática, que reconheça e valorize as diferenças, enfrentando as desigualdades e violências e garantindo o direito a uma educação de qualidade para todos e todas”. Era fundamental criar estratégias que atendessem às demandas como educação em direitos humanos, respeito às diferenças, incluindo classe social, orientação sexual, gênero e etnia racial.

Historicidade

A palavra gênero passou a ser utilizada como categoria de análise ainda na década de 1980. Se a sociedade era desigual no tratamento e prescrições/cobranças de posições e identificações entre os sexos, isto se devia à longa história de violência, dominação e relações de poder. Quando o feminismo emerge, revigorado, a denúncia à opressão vivida pelas mulheres ganhou visibilidade, e



suas reivindicações alcançaram as pautas na busca de direitos, cidadania, participação na esfera pública.

Gênero passou a integrar estudos acadêmicos, entendido como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, sendo “um primeiro elemento de dar significado às relações de poder”, na afirmação da historiadora Joan Scott*. Pesquisas sobre as relações entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres, mostraram como, nas diferentes culturas, as normas prescritivas produziam as diferenças. As mulheres eram tidas como úteros reprodutores e submetidas ao pátrio-poder.

No século XXI, segue a luta contra este preconceito. Se o gênero, incluso nos temas escolares, é por excelência emancipador, por que tanto incomoda? O componente religioso evangélico e católico o vê como um destruidor da família nuclear, aquela em que a mulher diz sim, senhor; parlamentares que na sua maioria sequer se interessam em buscar o conhecimento sobre o assunto o demonizam. Não percebem que a violência doméstica e sexual está relacionada a uma cultura que deu, e ainda dá, primazia ao machismo; não observam que o femicídio, o assassinato de mulheres, grassa na sociedade (em 2014, passou a força a lei que crimina-

liza o assassino); ignoram que o estupro é um cancro social; não associam os preconceitos contra mulheres, mas também contra homossexuais, pessoas negras, imigrantes, como uma construção cultural, e que urge que se trabalhe arduamente nas escolas.

Nesse entremeio, está o medo dos homens, ou de grande parcela deles, do empoderamento das mulheres, que participam cada vez mais da esfera pública, tomam decisões, denunciam a opressão, e ganham mais visibilidade. Alcançaram a esfera da política, no parlamento, e hoje na presidência da República. Eram lugares esplêndidos dos homens, que agora têm de ouvi-las, e elas concorrem com eles aos lugares de mando.

O gênero nas escolas está de acordo com os princípios constitucionais dos direitos humanos; permite uma educação democrática e livre para todas as pessoas, ressaltando seus direitos a uma educação ampla e irrestrita, cuja principal função é ensinar o livre pensamento e a possibilidade de expressão a todas as crianças, jovens e pessoas adultas. Então, isto incomoda a quem mesmo?



* SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre 16 (2):5-22, jul/dez. 1990, p. 5-22. P. 15.

MINO CARTA
Diretor de redação
da Carta Capital

**“A mídia é
o instrumento
da casa grande”**



Para Mino, se houver impeachment, a Constituição será rasgada

Nesta primeira entrevista sobre os meios de comunicação para a Revista Práxis, ouvimos **Mino Carta**, um dos mais importantes jornalistas do País. Criador de três das revistas semanais em circulação no Brasil (Veja, Isto É e Carta Capital), não se furta a meter o dedo em assuntos espinhosos, com afirmações igualmente espinhosas, como se verá a seguir. Nascido em Gênova, Itália, em 1933, Mino veio para o Brasil em 1946. A ironia, a calma e a afabilidade nas respostas são prontamente substituídas por defesas enfáticas de posições e princípios, principalmente quando o assunto são os privilégios da “casa grande”, ou “elite velhaca”. Para Mino Carta, a solução para enfrentar o golpe em andamento contra as instituições é a disposição para a briga, ou, outra de suas frases fortes, o “sangue correr na calçada”. Bom proveito.



“Minha única esperança, honestamente, nesse momento, é que alguns movimentos sociais estejam dispostos à briga.”

PRÁXIS – Mino, começamos essa entrevista lembrando Nelson Werneck Sodré. No livro “A História da Imprensa no Brasil”, ele falava que a história da imprensa é a história do desenvolvimento da sociedade capitalista. A mídia no Brasil está atrelada a interesses comerciais e políticos, que determinam a natureza da cobertura e o tipo de informação que é passada para o público. É possível pensar o jornalismo com independência e capacidade informativa e formativa?

Mino Carta – Transformar a imprensa brasileira em uma imprensa objetiva, fria, honesta, sobretudo honesta? Bom, quero dizer que concordo, sim, com a ideia de Werneck Sodré, mas acho que no Brasil ela se aplica até certo ponto. No Brasil, existe algo pior. Nós estamos vivendo uma Idade Média, ainda. Estamos parados em um sistema feudal oligárquico e a mídia brasileira em geral não se dedica à informação, por mais que essa informação seja voltada aos interesses do capitalismo. Aliás, no Brasil, não existe sequer capitalismo. Existe a forma pior do neoliberalismo. Nós não temos empresários. São exportadores até hoje de *commodities**. É um país terrivelmente atrasado. Poderia ser o paraíso terrestre e é o inferno a

que o condenou a sua elite. A elite brasileira é a mais vulgar, a mais primitiva, a mais atrasada, a mais ignorante do mundo. Nós temos de nos convencer disso. Estamos assistindo nesse momento a uma demonstração claríssima, e nela a mídia faz o papel do partido político. Ela não é mídia, ela é um partido político. Essa é a situação brasileira. Concordo em linhas gerais com o professor Werneck, mas isso diz respeito ao fenômeno mídia no mundo civilizado e democrático. Falando no Brasil, temos de adotar o metro especial adequado ao país, que é de longe o mais atrasado desse mundo pretensamente democrático. Aliás, a democracia está sendo agredida nesse momento.

PRÁXIS – Os movimentos sociais ainda parecem não ter força suficiente para se contrapor a isso, haja vista o conservadorismo que toma conta da sociedade.

Mino Carta – Os movimentos sociais no Brasil são muito díspares e muito divididos. E muito pouco expressivos, em última análise, embora às vezes façam barulho. Nós temos um povo que leva no lombo os sinais da chibata. Três séculos e meio de escravidão, cujos efeitos não acabaram até hoje. Veja qual é a conversa das calçadas, e nem se

fale da conversa dos senhores, evidentemente, dos frequentadores de restaurantes finos e que tais. Pense no povão. O povão acha que a Dilma tem de ir embora, por exemplo. Porque a Dilma é a desgraça. Como se ela indo embora o Brasil fosse melhorar. Não, vai piorar. E além de tudo estará ofendida tragicamente a democracia incipiente que alguns querem instalar.

PRÁXIS – Como essa sociedade e o próprio Estado, atrasados, como você diz, podem ir além das mudanças que mal arranharam a superfície dos problemas estruturais do País?

Mino Carta – O Lula deveria ter feito muito mais, esta é que é a verdade. As reformas estruturais não foram feitas. O que houve foi uma abertura do crédito, o Bolsa Família. Um lance importante foi a política exterior conduzida por Lula. O Brasil deve muito ao Celso Amorim, um excepcional chanceler. Mas, veja, tudo isso já se perdeu. E os pouquíssimos, tênues, modestos avanços conseguidos em termos sociais estão sendo destruídos, demolidos progressivamente. Nós não temos um proletariado, que foi a massa de manobra dos partidos de esquerda na Europa. Não temos sequer os *sans-culottes*** da Revolução Francesa. Nós temos um povo

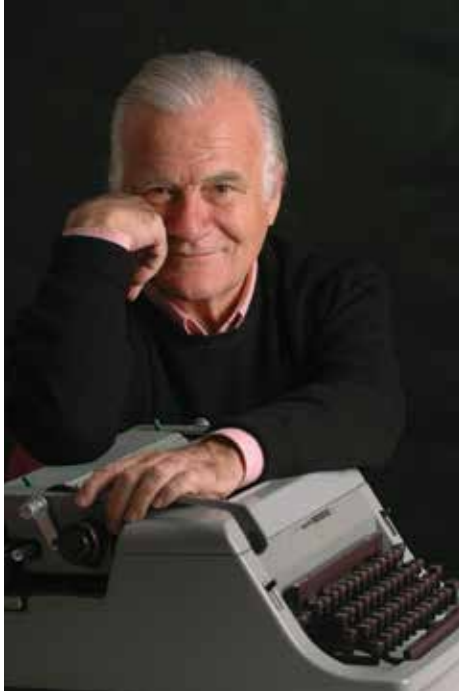
apavorado, amedrontado, assustado. Ele tem medo. A componente da covardia é fundamental para entender a situação brasileira. Eu, mais jovem, defendia a ideia de que não se resolveria qualquer problema no Brasil sem sangue na calçada. Estou convencido de que eu estava certo. Aqui sempre tem um arreglo. O Brasil tem muito mais do que milhões do lado mais fraco. Se fôssemos fazer um cálculo dos dois exércitos, por assim dizer, o exército dos coitados é imenso. É uma base de muitos para um. Mas esses muitos não são politizados, não têm opinião.

Práxis – No Brasil, a grande questão do momento é a luta contra a corrupção, não mais a diminuição da desigualdade, o acesso universal à saúde, à educação. A despolitização da sociedade passa muito pelo papel da imprensa, e é difícil romper com essa situação.

Mino Carta – Minha única esperança, honestamente, nesse momento é que alguns movimentos sociais estejam dispostos à briga. Se estiverem, sobretudo se considerarmos a covardia intrínseca e orgânica da nossa elite, isso poderia mudar os rumos em tudo. Tem de ter a força para ir para a rua e para brigar.

Práxis – Surgiu uma grande oportunidade agora, não?

Mino Carta – Veremos. Veremos, com os vários movimentos sociais, os sindicatos decentes, não aqueles que jogam conforme as regras da elite. Não estou falando, portanto, do Paulinho da Força, que é um ladrão. Veja, existe esse esforço compacto, granítico, no sentido de manter o povo na ignorância, manter a maioria na ignorância. E o Estado não oferece saídas, nem para a saúde, nem para a educação. É tudo feito para que a minoria se mantenha onde está, para defender com unhas e dentes o status quo. A corrupção é apenas um efeito da prepotência da casa grande. Só.



CARTA CAPITAL/SINTE

Práxis – A corrupção não é um problema do mundo inteiro?

Mino Carta – Não, absolutamente. Tem corrupção em todo mundo, obviamente. Aliás, há quem diga que a corrupção é a graxa que põe a máquina a funcionar. Tem as máfias. Mas a nossa máfia é muito mais incompetente, muito mais velhaca e, por força das circunstâncias, muito mais poderosa do que qualquer máfia em qualquer lugar do mundo. Ela é dona do País. As máfias não são donas dos países onde atuam. Aqui, a máfia é dona, ela está no poder. A corrupção no Brasil sempre existiu. Não houve governo mais corrupto do que o de Fernando Henrique Cardoso. As privatizações são a maior bandeira que houve no País. A mídia nunca falou disso, porque ela é o instrumento da casa grande, ela está a serviço da casa grande. Isso é de uma evidência solar, não há como discutir a respeito.

Práxis – Por que o governo não enfrenta mais decididamente a mídia?

Mino Carta – O Franklin Martins (ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do Governo Lula) tentou levar adiante uma proposta de democratização da mídia. O Brasil deve fazer porque está na Constituição. Só que aqui não é aplicado. E neste momento eles estão

conspirando de vez contra a Constituição. Se houver impeachment, a Constituição será rasgada.

Práxis – Então, volto a perguntar: a que atribui o fato de o governo não enfrentar mais decididamente os grandes donos da mídia no País?

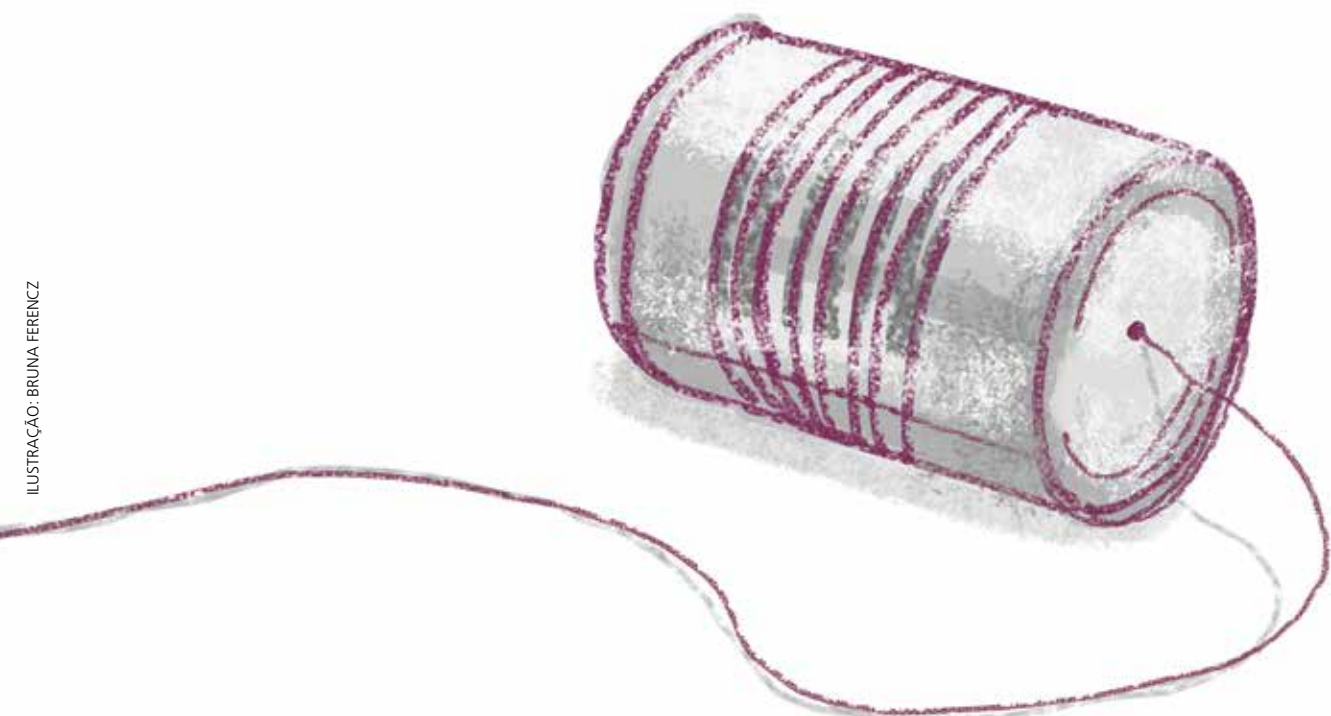
Mino Carta – Porque o governo é covarde. Mais o criticam, mais ele se acovarda. É covardia pública. A covardia, como já disse, é um ingrediente insubstituível nesse guizado diabólico. Nesse momento, a mídia tem uma força descomunal, está ditando as regras da política. É uma caixa de ressonância fundamental para o êxito dessa elite velhaca e prepotente. As respostas a isso têm de vir de lideranças capacitadas a levar a nação a entender o que está acontecendo. Me parece, infelizmente, que nesse momento elas não estão aí. O único líder realmente popular, que é o Lula, também padece de certos males típicos do espírito nativo. O medo, em primeiro lugar, aprendido nos tempos de grande pobreza. Mas o Lula é um homem persistente, de grande inteligência, muito confiante nas possibilidades da negociação, que é a vocação mais forte nele. Ele é um político por excelência. Mas não é um homem de briga. Não é um carbonário.

• • •

* *Commodities* são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração ou pouco diferenciados, como frutas, legumes, cereais e alguns metais, cujo preço é negociado na Bolsa de Valores Internacionais e depende de oferta e demanda. Fonte: MDIC

** A expressão *sans-culottes* tem origem francesa e era utilizada para quem não utilizava um tipo de calça curta típica do vestuário dos nobres e burgueses que tinham boa vida. Em geral, representavam os pequenos comerciantes, artesãos, assalariados, camponeses e mendigos do país.

Fonte: Brasil Escola





SINTE-SC


CNE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cne.org.br

Filiado à
CUT

Rua: Vidal Ramos, 31 - Ed. José Daux
5º Andar - Florianópolis/SC
CEP 88010-320
Fone: (48) 48 3212-0300
sinte-sc@sinte-sc.org.br

 [youtube.com/sintesc](https://www.youtube.com/sintesc)

 twitter.com/sintesc

 facebook.com/unidospelaeducacao